AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 1 – Nº 13

5 DE AGOSTO DE 1977

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
BIBLIOTECA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

338.105
0004
p
v.1, n.13, ago. 1977

R-2

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA – GIA/IBRE/FGV

AGROANALYSIS

é uma publicação quinzenal de análise da conjuntura agropecuária, editada pelo Grupo de Informação Agrícola

COORDENADOR

Paulo Rabello de Castro

QUADRO TÉCNICO

Ailton Coentro Filho
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Roberto Moreno Moreira

José Marcos Lemos Fochi
Moema Unis Benevides
Regis Norberto da Cunha Alimandro

Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Francisco Antonio da Fonseca Menezes
Ines Teresa Lyra
Itazil Fonseca Benicio dos Santos
Ivan Wedekin

DOCUMENTAÇÃO

Maria Eunice Rocha

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

vol. I nº 13 5 de agosto de 1977

SUMÁRIO

ANÁLISE DA QUINZENA

Soja: balanço e perspectivas (pág. 2)

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

Algodão: Brasil resiste à renovação do Acordo sobre Multifibras como propõe a CEE-EUA (pág. 11)

Cacau: receita cambial pode compensar parcialmente frustração de expectativas da soja e do café (pág. 12)

Pecuária de Corte: escassez durante a atual temporada reforça entressafra (pág. 13)

Preços Mínimos: problemas conjunturais condicionam incremento dos preços mínimos (pág.14)

NOTAS ESTATÍSTICAS

Política de preços mínimos influencia intenções de plantio ? (pág. 17)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

357893

ANÁLISE DA QUINZENA

Soja: balanço e perspectivas

O balanço deste 1º semestre de 1977, no que diz respeito à agricultura brasileira de exportação, encerra algumas lições importantes, que necessariamente deverão ser assimiladas pelos principais agentes envolvidos no processo de produção e comercialização de nossos produtos primários exportáveis, assim como também pelos órgãos governamentais responsáveis pela formulação das políticas que orientam o setor. De fato, os prognósticos do desempenho de nossas exportações agrícolas, no início do ano, anunciavam números mirabolantes, que rapidamente foram incorporados à euforia que envolveu, principalmente, os produtores brasileiros de café, soja, cacau e suco de laranja. Sucederam-se as previsões, ao longo de todo o 1º trimestre do ano, dando conta dos ganhos extraordinários que poderiam resultar do quadro de escassez mundial de alguns produtos agrícolas. Esperava-se, assim, que boa parte desses ganhos fosse canalizada para nossos produtores, que detêm expressiva parcela do comércio internacional daqueles produtos.

Lamentavelmente, entretanto, o exagerado otimismo não afetou somente os produtores, cujo comportamento extremado - ora otimista, ora pessimista - resulta do alto grau de imprevisibilidade que caracteriza a produção e comercialização de produtos agrícolas, notadamente os que disputam as preferências do mercado mundial. Alguns setores governamentais também não conseguiram ficar imunes à contagiosa e temerária torrente de estimativas favoráveis, contribuindo para agravar a situação que se desdobraria a partir do 2º trimestre. Assim, não foram poucos os pronunciamentos de certas alas do governo, acenando com cifras surpreendentes para o valor das exportações brasileiras de café e soja, este ano. Entre algumas manifestações, era possível recolher as mais indicativas do quadro geral de ilusão que parece destinado a entorpecer nossa capacidade previsora sempre que se avolumam os grandes problemas econômicos do país, como a inflação e a situação do balanço de pagamentos. Falou-se, por exemplo, que as exportações de café se-

riam suficientes para pagar as importações de petróleo em 77 (cerca de US$ 4 bilhões) e que as vendas do complexo soja iriam proporcionar uma receita entre 2,5 e 3 bilhões de dólares. Esperava-se, portanto, pela contínua ascenção dos preços internacionais desses dois produtos, o que garantiria, ao final do ano, um saldo positivo no balanço comercial, que vem registrando deficits sucessivos desde 1974.

A reversão da tendência de alta dos preços internacionais do café e da soja a partir do 2º trimestre, afetou fortemente as previsões favoráveis do desempenho daqueles produtos na pauta de exportações. No caso do cacau e do suco de laranja, entretanto, permanecem indicadores favoráveis para os exportadores brasileiros, fazendo supor que seus preços se manterão firmes durante o ano.

No que se refere ao mercado de soja, o declínio de preço a partir do final de abril encontrou os produtores nacionais com a maior parte da safra ainda por comercializar, na expectativa de que o mês de junho, à semelhança do que ocorreu em 1973, seria o período ótimo de comercialização. Investigaremos, a seguir, os fatores que condicionaram os preços internacionais da soja desde o início do ano e estudaremos as possibilidades que se descortinam para o segundo semestre, quando entrará no mercado a maior safra norte-americana de soja da história, segundo anuncia o Departamento da Agricultura dos EUA (USDA).

O excessivo otimismo mencionado anteriormente, não ocorreu, no caso da soja, sem algum fundamento. No início do ano, ao se contrapor os elementos de oferta e demanda da leguminosa, como aconselham os preceitos da chamada análise fundamentalista, não se poderia esperar qualquer fraqueza dos preços internacionais, pelo menos até setembro, quando se inicia a colheita da nova safra dos EUA. De fato, a oferta mundial desta temporada sofreu forte redução resultante da quebra de 17% na produção norte-americana do ano passado. Do lado da demanda, observou-se uma elevada taxa de esmagamento doméstico dos EUA, simultaneamente ao grande volume de exportações daquele país para a Europa e o Japão durante os três primeiros meses do ano, apesar dos elevados preços praticados naquele período. Como explicar, então, a aguda queda nas cotações a partir do final de abril quando, depois de ul-

trapassar os US$ 400/t, o preço do produto declinou profundamente, chegando a alcançar, em 29 de julho, US$ 217/t no mercado físico de Chicago?

Provavelmente, o fator que precipitou a queda das cotações foi o chamado Caso Hunt - irregularidades efetivadas por sete membros de uma próspera família do Texas, que controlavam mais de 620 mil t em contratos futuros de soja na Bolsa de Chicago, número muito acima do limite permitido. Isto possibilitava à família Hunt manipular o mercado de soja. O incidente afetou psicologicamente os participantes do mercado, que temporariamente se retiraram das negociações até que se esclarecesse o montante de liquidações levadas a cabo por aquela família. Desde que não implicavam em nenhuma alteração de ordem fundamentalista, esperava-se que as consequências psicologicas do "Caso Hunt" seriam passageiras e, assim, os preços da soja retomariam a sua trajetória de alta. Ocorreu, entretanto, que os efeitos baixistas do episódio coincidiram com o início da retração da demanda mundial. A redução no consumo, que na verdade tardou a começar, traduziu a consequência esperada dos elevados preços que se verificaram até então. As exportações norte-americanas, cuja média semanal em março era de 440 mil t de soja em grão, declinaram para 260 mil t na primeira semana de julho. Da mesma forma, a quantidade esmagada pelas indústrias daquele país declinou de 488 mil t na última semana de abril, para 171 mil t na primeira semana do mês passado.

O recuo da demanda já era esperado com alguma antecedência. Desta forma,uma certa redução de preços também era antecipada, embora se reconhecesse que, dada a situação de escassez mundial de oleaginosas, os preços da soja deveriam se acomodar num patamar elevado, todavia inferior aos altos níveis alcançados em abril. Ao contrário do que se esperava, os preços continuaram a sofrer quedas sucessivas, surpreendendo os mais experientes analistas do mercado da leguminosa.

Resta considerar o fator provavelmente mais relevante na explicação da baixa persistente que hoje caracteriza o mercado mundial da soja e derivados. Como se sabe, o USDA publica periodi-

camente, diversos relatórios de acompanhamento da produção agrícola naquele país, informando sobre as intenções de plantio dos agricultores norte-americanos, fornecendo os números relativos à posição dos estoques dos diversos produtos, bem como divulgando informações sobre a distribuição da oferta doméstica entre consumo interno, exportações etc. Na medida em que os EUA são os maiores produtores e exportadores de soja e derivados do mundo, as estatísticas periódicas divulgadas pelo USDA influenciam fortemente as expectativas dos participantes do mercado, afetando de forma indireta, porém sensível, o comportamento dos preços internacionais do complexo soja. Neste ano, a importância deste fator não pode ser desprezada.

Em junho, quando se esperava que o Brasil iria intensificar a comercialização da safra que acabara de colher, o USDA publicava suas estimativas sobre a situação dos estoques norte-americanos de soja em 1º de junho, e que permitia concluir que as informações anteriores sobre o montante da produção dos EUA do ano passado haviam subestimado aquela safra em cerca de 680 mil t. Logo a seguir, veio a público o relatório de intenções de plantio, que alteraria sensivelmente as conclusões do relatório anterior, divulgado no início de abril. Neste, o USDA havia estimado em 10,6% o acréscimo da área de plantio para a próxima safra, número considerado inferior ao esperado, já que os elevados preços da soja até aquela época faziam prever alguma substituição do plantio de milho pelo de soja. Segundo o relatório, entretanto, a área destinada ao plantio de milho ficaria virtualmente a mesma do ano anterior, a despeito da continuada fraqueza dos preços internacionais do cereal. Estas informações tiveram uma influência altista sobre a soja e baixista sobre o milho, durante o mês de abril.

No relatório de junho, por outro lado, o USDA passou a considerar que os produtores norte-americanos de soja tencionavam ampliar em 17% a área de plantio em relação ao ano passado. Este incremento, considerado muito elevado, resultaria em uma área recorde de 58,9 milhões de acres para o plantio deste ano (em 1973, recorde anterior, os agricultores norte-americanos produziram numa área de 56,7 milhões de acres). Tão logo este número foi divulgado em final de junho, a reação baixista do mercado imediatamente se verificou.

Ao poder de influência que dispõe o USDA sobre o mercado da soja e dos outros produtos agrícolas, capacitando-o manipular os preços em favor dos produtores norte-americanos, deve-se contrapor uma análise rigorosa das estimativas divulgadas por aquele Departamento, no sentido de avaliar a consistência de suas informações. Por exemplo, é difícil de se aceitar que, num período de apenas dois meses - entre 1º de abril e 1º de junho - os sojicultores norte-americanos modificassem tão radicalmente suas intenções de plantio ou, por outro lado, que o USDA, com toda sua eficiente organização, pudesse "errar" em suas estimativas em cerca de 70% (de um incremento de área de 10,6% no relatório de abril para 17% no relatório de junho). A comparação entre os dois relatórios revela uma inconsistência ainda mais importante: no documento de abril, o USDA informava que um total de 2 milhões de t de soja seria reservado como sementes para o plantio da próxima safra. Isto, levando-se em conta que a área plantada seria expandida em 10,6%. O documento de junho, entretanto, já revelava que a reserva de sementes seria de 1,77 milhão de t, inferior, inclusive, ao montante que foi destinado pela safra 75/76.

Como compatibilizar a redução da estimativa de reserva de sementes com o aumento da estimativa de incremento da área plantada, de 10,6% para 17%? É presumível que os números divulgados periodicamente nos relatórios do USDA sejam permeados por interesses de caráter político ponderável e, por isso, não devem ser passivamente acatados sem o crivo prévio do rigor da análise.

Para o Brasil, que infelizmente não aproveitou o melhor período de comercialização, estes acontecimentos apresentam um aspecto saudável, pois algumas lições podem ser recolhidas no rastro surpreendente dos preços, devendo servir de experiência para os próximos anos. Em primeiro lugar, cabe registrar a inoportuna intervenção governamental sobre a comercialização da soja, através do confisco cambial, o que de certa forma contribuiu para dificultar o processo normal das vendas do produto. Ao procurar impedir que os elevados preços internacionais fossem transferidos para os consumidores internos de farelo e óleo, o governo não vislumbrou a possibilidade da medida

vir a perturbar a comercialização da safra, como de fato aconteceu.

Entretanto, a lição mais importante que se pode extrair das consequências do confisco não está somente nos prejuízos que necessariamente acarreta aos produtores. A medida é desaconselhável sempre que o mercado atingido é muito sensível, como ocorre no caso da soja. A experiência do confisco cambial sobre as exportações de café não autoriza a adoção da mesma política para as exportações de soja. Com efeito, o comportamento dos preços do café tem uma característica específica, que o distingue de outros produtos agrícolas. Por ser cultura permanente, o café não está sujeito a variações frequentes na tendência dos seus preços, ao contrário da soja que, além de ser uma cultura anual, conta com um mercado muito mais competitivo, em termos de substitutos, do que o café. Ao decidirem sobre a conveniência do confisco nas vendas externas da soja e de seus derivados nossos planejadores foram presas, na verdade, da onda geral de otimismo do início do ano, que a todos contagiou e que não incorporava a possibilidade da queda dos preços da leguminosa. Com o pronunciado declínio dos preços em maio-junho, a situação se tornou visivelmente incômoda para o governo. Enquanto de um lado evidenciava-se a total inutilidade da medida, por outro lado sua eliminação, naquela conjuntura, era mais um fator a agravar a tendência baixista dos preços internacionais. E, de fato, isto ocorreu, pois o percentual do confisco foi reduzido quase simultaneamente à publicação dos relatórios de junho do USDA, acentuando o ritmo da queda das cotações.

Os produtores brasileiros também devem tirar ensinamentos da situação de mercado que se configurou no 1º semestre, porquanto foram vítimas da própria inexperiência nos negócios do mercado internacional. Tão logo os preços começaram a se elevar, em fevereiro março, os produtores já deveriam ter um programa de comercialização que procurasse escoar parceladamente a produção, a partir do início da colheita em março. Enquanto a maioria das cooperativas recomendava aos sojicultores que vendessem parte da colheita, procurando obter um preço médio satisfatório, poucos foram aqueles que acataram esta orientação e a maior parte preferiu assumir os riscos inerentes à posição especulativa. Como grande parte das vendas foi efetuada com preço a fi-

xar, aqueles produtores que venderam em abril e não fixaram os preços nos dois primeiros meses seguintes, evidentemente perderam a oportunidade de realizar bons lucros. A expectativa geral parece ter sido no sentido de que as condições de preços verificadas em 1973 - quando o pico de alta ocorreu em junho - seriam reproduzidas neste ano. Mas a realidade foi muito diferente e as próximas estimativas da receita cambial da soja em 1977, deverão ser bem mais modestas que as eufóricas previsões iniciais.

Para as próximas semanas é improvável que ocorra modificação sensível na atual situação dos preços internacionais, a menos que o novo relatório do USDA altere as estimativas da safra 77/78 ou do estoque remanescente da safra 76/77. Lembrando o caráter via de regra político das projeções do USDA e que nos aproximamos do início da colheita norte-americana, as informações a serem divulgadas provavelmente não deverão resultar em influência depressiva sobre os preços, além dos níveis em que já se encontram.

É cada vez mais forte o impacto da nova safra dos EUA sobre os preços da safra atual. Os norte-americanos já estão, inclusive, intensificando as vendas de contratos futuros da próxima colheita para os consumidores europeus, o que parece indicar a fraqueza da procura pelo disponível da safra brasileira para o mês de agosto. Segundo informações colhidas pelo Grupo de Informação Agrícola, as grandes indústrias européias estão cobertas por razoáveis estoques de soja, o que pode significar a continuação dos baixos preços neste mês.

Para os meses seguintes, mesmo com o anunciado aumento da produção norte-americana em cerca de 25%, a oferta total dos EUA não deverá crescer mais de 6%, visto que os estoques remanescentes em 1º de setembro serão os mais baixos dos últimos anos: 1,7 milhão de t contra 6,6 milhões de t no ano passado. A demanda mundial continuará se expandindo, principalmente se levarmos em conta a possibilidade da China e da URSS ingressarem no mercado nos próximos meses, acontecimento que vem sendo aguardado com ansiedade pelos exportadores. Por outro lado, a produção mundial de cereais neste ano

deverá repetir o bom desempenho do ano passado, o que certamente impõe um limite superior ao movimento dos preços da soja.

Quanto às perspectivas para o plantio da próxima safra brasileira, a iniciar-se em outubro, convém dissipar os temores generalizados que resultaram da fixação dos novos preços mínimos. Apesar do modesto incremento estabelecido pelo governo, não deverá ocorrer redução na área plantada de soja, pois todos os produtos tiveram um baixo reajuste de preço. Notadamente no caso do milho e do algodão - principais concorrentes da soja no plantio - o comportamento dos preços internacionais este ano não favorece a substituição da soja por estes produtos.

Uma possível consequência negativa dos novos preços mínimos poderá resultar caso os agricultores reduzam a utilização de insumos modernos, como fertilizantes e defensivos, em função dos preços crescentes desses produtos e da limitada disponibilidade de crédito a que poderão recorrer os produtores. Embora não se confirme tal intenção, o menor uso desses insumos na produção de soja - que normalmente os utiliza em grandes quantidades - poderá ter efeitos indesejáveis sobre o rendimento da lavoura.

A longo prazo, a política governamental para o setor deve atentar para a solução de algumas distorções que se desenvolveram paralelamente ao crescimento da produção nacional. De um lado, observa-se o monótono conflito anual entre abastecimento interno e exportação dos derivados da soja, que também pode ser entendido como um conflito entre o índice de custo de vida e a necessidade de equilíbrio do balanço comercial. Nesta batalha, os consumidores nacionais frequentemente são os perdedores, desde que a economia brasileira optou pelo chamado modelo exportador. Em diversos oportunidades, AGROANALYSIS já se pronunciou sobre os riscos de uma política que privilegie excessivamente as exportações do complexo soja em detrimento do mercado interno. É necessário, portanto, um programa de comercialização que atenda aos interesses de abastecimento interno desses produtos, separando para a exportação apenas o que exceder o consumo interno, cujo montante deve ser levantado mensalmente, a fim de viabili

zar aquela programação.

Por outro lado, verificou-se contínua expansão da capacidade interna de esmagamento, estimulada pelos incentivos fiscais concedidos à exportação de farelo e óleo. Em pouco tempo, as pequenas indústrias nacionais se viram ameaçadas de insolvência com a crescente competição de grandes complexos industriais que rapidamente se instalaram nesta atividade. Mais tarde, as próprias cooperativas passaram a investir maciçamente no processamento da soja, acirrando ainda mais a competição pela matéria-prima.

O custo das pequenas empresas, usualmente mais elevado que o das grandes indústrias, condiciona ainda hoje os preços do farelo e do óleo. Assim, além de se beneficiarem de ganhos de escala, as grandes unidades industriais ainda contam com os incentivos à exportação, o que lhes confere uma extraordinária rentabilidade no esmagamento da soja. Se esta situação for negligenciada, será inevitável, a médio prazo, a onda de falências que se abaterá sobre os pequenos esmagadores nacionais, provocando um problema social cujos prejuízos são difíceis de se avaliar.

O governo poderia prevenir este indesejável desfecho, procurando incentivar, gradativamente, a organização dos pequenos produtores em indústrias de escala superior, mais eficientes e, portanto, capazes de sobreviver à crescente concorrência que continuará marcando a industrialização da soja.

COMENTÁRIOS DA QUINZENA

*** ALGODÃO

A posição da Comunidade Econômica Européia (CEE) nas negociações sobre a renovação do atual Acordo Internacional sobre Multifibras (AMF), que expira ao final deste ano, fortaleceu-se com a repentina mudança da posição norte-americana. Anteriormente, a posição dos EUA era considerada alinhada à dos países do Terceiro Mundo, pela proposição feita de prorrogação do AMF por mais quatro anos. Posteriormente, os Estados Unidos, em apoio a CEE, passaram a defender a renovação do Acordo em seus termos atuais permitindo, entretanto, a realização de acordos bilaterais sempre que ocorrer prejuízo para as indústrias domésticas dos países importadores.

Dos signatários do AMF, apenas algumas nações exportadoras - entre elas, o Brasil - resistem às inovações propostas. Não possuem, contudo, condições para impedir a assinatura do Acordo nestas bases, visto que a CEE, os EUA e o Japão (responsáveis por 85% do comércio mundial de têxteis) juntamente com Hong Kong, Coréia do Sul e Taiwan (maiores exportadores mundiais), apoiam a nova fórmula. Embora, teoricamente, nos fosse possível ameaçar com obstáculos às exportações destes países para o Brasil como forma de pressioná-los a uma mudança de posição, falta-nos condições de, na prática, adotar tais medidas devido a nossa dependência em relação a estas importações.

Resta-nos, portanto, duas opções: não assinar o protocolo do novo acordo em dezembro ou aceitar a posição que prevalece entre os participantes do presente Acordo Multifibras. O primeiro caso representaria, de imediato, expressiva redução da receita cambial de têxteis e, consequentemente, teríamos que disputar a pequena parcela de mercado não comprometida com o AMF. Portanto, a menos que ocorram novas mudanças de posição, seremos levados à segunda alternativa, assinando o protocolo em 15/12. Evidentemente, isto ocasionará redução na exportação de têxteis, mas nos permite manter nossa participa-

ção nos mercados da CEE e dos EUA.

Outros problemas afligem ainda, a indústria têxtil nacional. Os cotonicultores já prevêem forte redução na área plantada para a temporada 77/78, mais em função dos problemas de comercialização surgidos nesta temporada - gravosidade em relação ao mercado externo e preço baixo no mercado interno - do que pelo preço mínimo considerado insuficiente. Mesmo levando-se em conta que o estoque no final desta temporada seja elevado, é possível que não tranquilize a indústria no próximo ano. Ainda assim, se o novo acordo for implementado, menores exportações de têxteis em 78 implicarão em menor demanda industrial compensando, talvez, a redução da produção.

*** CACAU

Apesar do leve declínio já experimentado em relação a cotação recorde (US$ 2,48/lb-peso) registrada no mercado nova iorquino na 2a. quinzena de julho, o mercado internacional continua firme, com especial ênfase para o disponível. A cotação em 01/08 era US$ 2,38/lb-peso, correspondendo a mais de três vezes o preço vigente em janeiro de 1976.

As notícias sobre as condições climáticas adversas em Gana, coadjuvadas pela quebra da safra temporã brasileira devido à incidência da "podridão parda", reforçam as perspectivas de firmeza do mercado a longo prazo, e põem em cheque o parque manufatureiro mundial de chocolate, cujas reservas têm sido fortemente esvaziadas.

Em contrapartida, as reações do lado industrial têm sido no sentido de interromper a constante escalada de preços, ditada pela escassez da oferta. O recente anúncio de redução de 12,8% do peso das barras de chocolate, divulgado pela Hershey Foods Corp., principal empresa norte-americana do setor, foi apontado como causa parcial da recente oscilação de preços no mercado futuro. Acrescente-se, ainda, como reforço às medidas do parque manufatureiro no sentido da estabilidade de preços, a queda de moagem no último trimestre verificada

em alguns centros importantes de consumo, como os EUA (- 10,8%)e o Reino Unido (-3,19%), em relação a igual período de 1976. Vale considerar, no entanto, que a redução de processamento de amêndoas não tem sido generalizada - Holanda e França apresentaram leve acréscimo - nem os percentuais são realmente significativos quando comparados à alta de preços da matéria-prima.

Assim, é de se prever que o comportamento do cacau, em termos de receita de divisas do corrente ano, deverá compensar parcialmente a frustração de expectativas em relação às exportações de café e soja.

*** PECUÁRIA DE CORTE

A demora das autoridades em proibir a comercialização de carne fresca não proporciona confiança aos números divulgados via imprensa, em relação ao elevado montante estocado pela COBAL. Quanto maior for a discrepância entre o estoque previsto e o real, tanto maior será o tempo que a carne fresca permanecerá no mercado, como é reivindicação dos pecuaristas. Os frigoríficos, entretanto, terão que operar com custos crescentes decorrentes da elevação dos preços pagos ao produtor. A reativação dos abates, após a proibição que ocorre na entressafra, se fará acompanhar, ainda, de elevados preços ao nível do produtor, devido à escassez do boi gordo na atual temporada. Os preços da safra, que são normalmente de baixa, apresentarão queda menor ou serão mantidos idênticos aos que são praticados hoje, já considerados altos pelos frigoríficos.

Reforçando a crise de abastecimento de carne que se aproxima, alguns fatores de relevância merecem atenção:

- as inundações ocorridas no pantanal matogrossense;
- a estiagem que atingiu as pastagens em Minas Gerais já em 1976, seguidas de ataques de pragas e invasoras, e que não tiveram até o momento total recuperação;
- a competição com o binômio soja-trigo no Sul, onde o gado perde pradarias nas regiões fronteiriças, antes seu tradi

cional reduto;

- os problemas de escoamento que atingem principalmente as novas fronteiras da pecuária - a Amazônia.

O pantanal matogrossense e as pastagens mineiras são regiões fornecedoras de animais, principalmente para cria. A anunciada redução do rebanho do pantanal em cerca de 2 milhões de cabeças se refletirá na oferta de carne dos grandes centros urbanos. Estima-se que 60-70% do seu rebanho se destine a São Paulo e ao Rio de Janeiro.A menor lotação das pastagens mineiras causada pelas secas, resultando em abates excessivos e prematuros, está na mesma ordem de influência. Em 1976, sairam de Minas Gerais, segundo órgãos ligados a agricultura local, 1.478.815 cabeças de bovinos das quais 50% para cria. Destes, 30% destinaram-se a São Paulo. Do restante, para abate, 62% alcançaram São Paulo e Rio de Janeiro. Num prazo maior há que se considerar, inclusive, a queda de desfrute ocorrida no pantanal e a redução da taxa de crescimento do rebanho de Minas Gerais.

A pecuária enfrentará, daqui para frente, tempos difíceis, exigindo maiores esforços que impeçam a indesejável entrada do país como importador líquido, no mercado internacional.

*** PREÇOS MÍNIMOS

"Os preços mínimos dos principais produtos para a safra 76/77 tiveram um aumento médio de 51,4%, superior à taxa de inflação ocorrida no período anterior. Naquela época, o enfoque dado ao equilíbrio do balanço de pagamentos revelava conotações de que esteera mais importante do que o combate à inflação, ou se acreditava que o investimento maciço na agricultura tinha resposta anti-inflacionária".

"A verdade é que em 1977, o processo inflacionário passou a ser o objetivo mais sério de nossas cogitações. Mesmo porque, no plano agrícola, as respostas em termos de aumento de produção, não têm correspondido ao fluxo financeiro carreado para o setor.Considere-se, também, a performance excelente de nossas exportações, geran-

do superavit comercial de US$ 200 milhões no 1º semestre. Esses fatos constituiram o suporte básico para o nosso enfoque atual".

"Mas devemos raciocinar de outro modo. O superavit ocorreu porque os preços internacionais foram favoráveis e a resposta do setor agrícola, positiva, tendo em vista que 70% de nossas exportações provêm desse setor. Por outro lado, até o final do ano, a situação do nosso balanço comercial pode ficar desfavorável. Assim, subsiste o ponto de vista de que a média de 26,8% de aumento dos preços mínimos dos mesmos produtos para a safra 77/78 soa contraditória".

—— xxx ——

A par desta controvérsia, destaca-se a subordinação da política de preços mínimos ao problema econômico mais agudo à época de sua aprovação. Enquanto as preocupações voltavam-se, fundamentalmente, para o balanço de pagamentos, os preços mínimos experimentaram elevação superior à inflação. No momento em que se transforma em nossa principal dificuldade, a inflação limita o incremento autorizado dos preços.

Os preços mínimos divulgados para a próxima temporada suscitam mais uma vez, a discussão em torno da filosofia que deve nortear o programa de garantia da renda do produtor. A perigosa manobra de aproximar demasiadamente os preços mínimos aos preços de mercado, além de desestimular os agricultores da correta aferição das tendências futuras implica, ainda, numa proteção ostensiva à ineficiência e num constante risco de obrigar o governo a investir, sem planejamento prévio, na formação de grandes estoques através da obrigação assumida nos EGF, com opção de venda.

Se a fixação de preços mínimos tomasse por base apenas os custos operacionais, conforme o critério norte-americano, seria mais adequada por excluir a remuneração do capital (em terras, máquinas e benfeitorias) e da gerência. Neste caso, os agricultores perceberiam imediatamente uma ponderável diferença entre os preços de mercado e o patamar mais baixo estabelecido pelos preços mínimos. O critério pode parecer ineficaz em termos de estímulo à produção, mas este não deveria ser o objeto do programa. Mais correto seria outorgar a

esta política o papel de mera garantia de colocação da produção, lubrificando o processo de comercialização. Na verdade, as variações de área plantada e produtividade estão mais relacionadas ao comportamento do processo de comercialização em temporadas anteriores, bem como às facilidades de acesso ao crédito. Neste sentido, o crédito rural não deveria usar como referência, o preço mínimo.

A mudança no espírito da política de preços mínimos - preço de estímulo para a safra 76/77 e de garantia para 77/78 - ocorre exatamente quando se inicia a reformulação da política creditícia, através da supressão do subsídio de 40% para os fertilizantes e calcários, maior vigor e seletividade na concessão de empréstimos etc. O estuário de todas essas medidas tem sido a alta real dos preços dos insumos agrícolas, cuja capacidade de absorção pelos produtores parece duvidosa.

A preocupação governamental com o índice de inflação, consubstanciada no reduzido aumento ora concedido para os novos preços mínimos pode, entretanto, constituir-se em faca de dois gumes. Desestimulando a produção agrícola, pelo vínculo existente entre o crédito rural e o preço mínimo, é possível que a safra de 77/78 acabe responsável pelo recrudescimento do processo inflacionário no próximo ano, devido a uma possível redução da oferta na área do abastecimento interno. Vale considerar, ademais, que um menor excedente agrícola exportável pode acarretar redução da receita cambial brasileira, com sérios prejuízos ao precário equilíbrio de nosso balanço comercial.

NOTAS ESTATÍSTICAS

Embora a política de preços mínimos tenha como objetivo principal proteger a renda do setor agrícola, eliminando o risco de preço com que se defrontam os produtores ao início da colheita, a fixação anual destes preços para uma ampla gama de produtos confere a esta política um elevado grau de influência sobre as intenções de plantio dos agricultores. Neste sentido, ao fixar diferentes incrementos percentuais de preços aos produtos incluídos no programa, o governo influencia a composição da oferta agrícola, uma vez que são estes preços os parâmetros utilizados para o cálculo dos créditos de custeio e de comercialização.

Apresentaremos alguns indicadores desta importante função da política de preços mínimos, comparando uma série de preços relativos para alguns produtos concorrentes no plantio, com a evolução das áreas. A Tabela 13.A ilustra, para um período de dez anos, o comportamento dos preços mínimos relativos entre a soja e o milho, o feijão, o arroz e o algodão, nos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. A Tabela 13.B apresenta o crescimento da área cultivada destes produtos. A análise dos dados exige, entretanto, uma qualificação: o valor explicativo dos preços mínimos sobre a variação do plantio é certamente limitado. Com efeito, existem outros fatores que intervêm na decisão do produtor, como é o caso do comportamento dos preços de mercado na temporada anterior ou, ainda, as medidas de controles de preços para os produtos de abastecimento interno e assim por diante.

Observe-se que, ao compararmos os preços mínimos da soja e do feijão, conclui-se que a política foi encorajadora da substituição de feijão por soja, se tomarmos como referência a situação de 1968. Apenas nos anos de 1971, 1974 e 1977, ocorreu um incentivo maior ao feijão do que à soja. Por sua vez, a Tabela 13.B confirma o desestímulo conferido à produção de feijão nos dois estados: no Rio Grande do Sul, onde a produção de soja já era elevada desde 1968, a área de plantio de feijão decresce continuamente ao longo do período. No Para

ná, enquanto a produção de soja era relativamente baixa, até 1972, a área plantada de feijão mostrava-se crescente. A partir de 1973, quando o plantio da soja é praticamente duplicado, a lavoura do feijão entra em processo de estagnação.

A comparação soja-milho, ainda com base em 1968, revela forte incentivo à soja em 1972/1973 - quando a conjuntura dos preços internacionais já era bastante favorável à leguminosa - o mesmo ocorrendo em 1975. Nos demais anos, a política tendeu a favorecer o milho. Os números referentes à área do milho, entretanto, revelam pequena sensibilidade às variações dos preços relativos. No Rio Grande do Sul, a área cultivada com o cereal é praticamente constante no período 1969/1972, declinando a partir de 1973 e permanecendo sem grandes variações. No Paraná, atualmente o maior estado produtor de milho, a área sofre visíveis oscilações anuais a partir de 1973. Nos dois estados, é possível identificar um recuo do plantio de milho em 1973, o que parece refletir a influência dos preços mínimos relativos praticados no biênio 1972/1973.

Quanto ao arroz no Rio Grande do Sul e o algodão no Paraná, a tendência dos preços relativos parece seguir o comportamento observado para o feijão e o milho: quando comparados com a soja, verifica-se que tanto o arroz quanto o algodão não tiveram incentivos em relação à leguminosa nos anos de 1972/1973 e 1975/1976. Nos demais anos não se pode afirmar que ocorreu incentivo sistemático à produção de soja em detrimento de arroz e algodão. A evolução da área de arroz no Rio Grande do Sul, à semelhança do milho no mesmo estado, reage pouco às modificações nos preços mínimos relativos. No caso do algodão, entretanto, é flagrante o estímulo para a substituição pela soja no período 1971/1973, quando ocorreu uma severa redução no plantio de algodão, em correspondência com os elevados preços relativos soja-algodão naquele período.

TABELA 13.B

ÃREA CULTIVADA

(ha)

ANOS	RIO GRANDE DO SUL				PARANÁ			
	SOJA	MILHO	FEIJÃO 1/	ARROZ	SOJA	MILHO	FEIJÃO 1/	ALGODÃO 1/
1968	567.027	1.670.195	274.435	382.987	119.583	1.412.069	652.604	312.701
1969	649.116	1.730.130	272.292	409.037	172.401	1.552.341	675.771	418.982
1970	871.202	1.737.080	259.767	430.822	304.211	1.883.309	790.139	447.413
1971	1.133.213	1.722.014	250.391	412.322	357.701	2.005.064	826.313	402.212
1972	1.459.594	1.717.006	216.316	433.684	452.692	1.994.620	845.933	354.868
1973	2.217.570	1.507.083	220.613	415.934	817.627	1.637.231	719.274	293.506
1974	2.770.000	1.525.000	189.279	435.600	1.340.000	2.110.000	835.000	310.000
1975	3.113.286	1.524.138	187.653	470.000	1.631.897	1.923.000	768.200	267.000
1976	3.296.000	1.580.000	177.575	548.311	1.950.000	2.185.000	822.320	181.450
1977 2/	3.512.000	1.673.000	162.660	566.000	2.350.000	2.011.170	806.700	254.100

1/ Área colhida

2/ Dados preliminares

Fonte: IBGE, CFP, SECRETARIA DE AGRICULTURA DO PARANÁ, SAFRAS E MERCADO

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

TABELA 13.A

PREÇOS MÍNIMOS RELATIVOS 1/

ANOS	RIO GRANDE DO SUL			PARANÁ		
	SOJA/MILHO	SOJA/FEIJÃO	SOJA/ARROZ	SOJA/MILHO	SOJA/FEIJÃO	SOJA/ALGODÃO
1968	1,62	0,51	0,74	1,55	0,49	0,32
1969	1,39	0,50	0,72	1,34	0,48	0,35
1970	1,44	0,51	0,71	1,40	0,50	0,36
1971	1,59	0,43	0,85	1,58	0,42	0,41
1972	1,88	0,55	0,93	1,86	0,54	0,43
1973	1,72	0,62	0,83	1,78	0,62	0,47
1974	1,23	0,49	0,81	1,23	0,48	0,29
1975	1,70	0,62	0,88	1,68	0,61	0,43
1976	1,56	0,62	0,88	1,60	0,62	0,42
1977	1,48	0,45	0,80	1,54	0,45	0,31

1/ Utilizou-se a unidade comum de 60 kg para todos os produtos

Fonte: CFP

Elaboração: Grupo de Informação Agrícola

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Caixa Postal: 9.052 = ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 - Rio de Janeiro - RJ

CONSELHO DIRETOR

Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR

Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida, Estado de São Paulo - representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA

Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO

Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS

Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social

Diretor: Angelo Jorge de Souza

Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatísticas e Econometria

Diretor: Janes Angelo de Souza

Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt

Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL
Tels.: 232-5001 – 232-8678 – 232-2584 – 232-6827
Telex: 212-3840 FGVE BR